

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 5ª REGIÃO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Apresento a vista de um ponto, a ser complementada por outros pontos de vista. Falo do lugar de pessoa, mulher, brasileira e cidadã que sou há 51 anos; de psicóloga e psicoterapeuta há 28 anos; de professora universitária há 27 anos; de mãe há vinte anos, de conselheira há um ano e meio e de presidente em exercício do CRP-05 há cerca de quatro meses. Minha perspectiva adotará a ordem cronológica Inversa.

1. Por que a convocação para uma Assembléia Geral Extraordinária?

Com base no Decreto 79.822, de 17/06/1977, em seus artigos 24 a 29, e em função de fatos decisivos, a presidente em exercício do CRP-05, convocou a categoria para uma Assembléia Geral, com o objetivo de destituir a atual plenária, a partir dos fatos:

1. suspensão de sessões plenárias, dificultando as deliberações;
2. falta de quorum para realizar sessões plenárias;
3. imenso volume de trabalho para as duas conselheiras atuantes, em função das renúncias, da vacância da presidência das comissões permanentes e da ausência de dois conselheiros;
4. indisponibilidade de tempo e motivação da atual diretoria para as solicitações rotineiras e as defesas dos processos judiciais;
5. dificuldade jurídica da intervenção do Conselho Federal de Psicologia;
6. clima tenso e caótico dentro do CRP-05,

Por fim, mas não menos importante, a atual diretoria sente-se constrangida em continuar no exercício da função de conselheiras da X Plenária, não podendo levar adiante as promessas da campanha bem como fazer jus à votação maciça que a chapa obteve da categoria em 27/08/2001.

Já publicamos em jornais de grande circulação a convocação para a Assembléia, afixamos o edital na sede de nosso conselho e enviamos uma carta a todos os psicólogos inscritos no CRP-05 e em pleno gozo de seus direitos. A participação de todos é fundamental para destituir a atual gestão e convocar novas eleições. Compareçam no dia 10 de março às 19 horas no auditório do Clube da Aeronáutica.

2. Por que uma Audiência Pública?

Esta segunda audiência pública é também uma resposta a primeira que foi realizada aqui na UERJ, em setembro de 2002, por iniciativa do CFP e demais conselhos regionais de psicologia.

Naquela oportunidade foi esclarecida a situação do CRP-05, por meio de apresentações de alguns conselheiros do Estado do Rio de Janeiro, de outros regionais e do presidente do CFP. O saldo foi considerado positivo, tanto pela abertura de diálogo entre o CFP e o CRP-05, quanto pela distinção entre as duas gestões (IX e X Plenárias), mesmo tendo como presidente a mesma pessoa. Também ficou acordada a necessidade de uma nova audiência, onde o CRP-05 pudesse ter assento e esclarecer as questões então levantadas. Desde lá, a situação se agravou,

levando à paralisação do nosso Conselho, o que também justifica essa segunda audiência pública.

3. Por que paralisamos as atividades do nosso Conselho?

A crise alastrou-se e se aprofundou de tal forma que restaram somente duas conselheiras atuantes para dar conta de todas as atividades. Dos trinta conselheiros eleitos em agosto de 2001, vinte e um renunciaram, de julho/02 a janeiro/03, uma perdeu o mandato, quatro estão afastados temporariamente por processos disciplinares e dois suplentes pouco comparecem ao CRP-05, mesmo sendo uma delas presidente de duas comissões importantes e o outro participou somente a duas reuniões, sendo a última há mais de um ano. Esses dois conselheiros foram convocados a comparecer para assumir as comissões em vacância e até o momento não se manifestaram, mesmo porque agora são também co-autores dos processos judiciais.

Além das renúncias, os quatro conselheiros afastados têm impedido a realização de sessões plenárias (desde outubro/02), com dezenas de processos judiciais contra o CRP-05 e contra as pessoas dos conselheiros que permaneceram atuantes até 30 de janeiro de 2003. Esses processos fundamentados em inverdades ainda não foram julgados, pois são medidas cautelares que têm sido deferidas e posteriormente revogadas pela própria justiça.

4. Por que tantos conselheiros renunciaram?

A primeira renúncia ocorreu em julho/2002, de uma conselheira que somente compareceu uma vez e não assumiu nenhuma das comissões. Aliás, este foi o primeiro mistério, que gerou discussões por escassez de informação por parte da antiga diretoria.

Desde a posse da nova diretoria, em setembro de 2002, quando o tesoureiro eleito não era do agrado dos quatro conselheiros afastados, a ruptura ficou cristalina e a crise expandiu-se. De setembro de 2002 até o momento tivemos onze diretorias, contando com a junta governativa durante a intervenção.

Os processos judiciais contra os conselheiros e contra o CRP-05 impediam a realização de plenárias, dificultando executar as ações necessárias ao funcionamento da autarquia.

As comissões especiais diminuíram suas atividades, os funcionários sentiam-se inseguros e temerosos de retaliações, caso o presidente afastado retornasse à diretoria.

Neste clima confuso, permeado pelo medo e insatisfações, os conselheiros foram se afastando e pedindo suas renúncias, que vieram de conselheiros pouco e muito atuantes, favoráveis e desfavoráveis à gestão do presidente afastado. Não havia mais sentido permanecer em uma gestão que não era mais uma, nem sofrer desgaste de natureza pessoal e profissional, além de prejuízos financeiros com a contratação de advogados para continuar a exercer cargos honoríficos.

5. Por que a atual diretoria não renunciou no dia 30/01/03?

A conselheira presidente em exercício desde 11 de outubro de 2002 e a conselheira tesoureira (eleita e afastada por três vezes, em função da suspensão de

sessões plenárias) estavam com suas cartas de renúncias prontas para homologar na 261ª Sessão Plenária Ordinária de 30 de janeiro de 2003, quando foram informadas da impossibilidade da intervenção do CFP. O Tribunal de Contas da União, ao ser consultado, informou que as duas conselheiras poderiam ser processadas por crime de responsabilidade fiscal e administrativa, caso não entregassem "as chaves" a órgão competente, deixando o CRP-05 acéfalo. Diante deste risco, as duas conselheiras, juntamente com os demais conselheiros presentes, deliberaram pela paralisação do CRP-05, pela realização da Audiência Pública e pela convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária, conforme mencionado anteriormente.

6. Por que o ponto agudo da crise foi a eleição da nova diretoria?

Vários incidentes marcaram esta eleição, que é prevista no nosso regimento interno, indicando que a eleição e posse ocorrem na mesma reunião (artigo 10). Os quatro conselheiros afastados tentaram demover um dos conselheiros candidatos ao cargo de tesoureiro, desqualificando-o e solicitando a desistência dele. Neste momento, ficou transparente a divisão do plenário e o baixo nível das argumentações contrárias à candidatura do conselheiro: afirmações de incapacidade, de razões estranhas, de despreparo foram injustas, infundadas, não comprovadas e desrespeitosas, perigosamente próximas de injúrias e calúnias. Uma vez eleito, juntamente com os outros três componentes da diretoria, o termo de posse não foi formalizado, atribuição da antiga diretoria. A ex tesoureira não passou o cargo e ainda retornou à sala da tesouraria no dia seguinte, à noite, para "pegar seus anjinhos" e pertences pessoais, mesmo tendo informado que não iria ao Conselho nesse dia. Após duas tentativas frustradas do presidente eleito em formalizar a posse com data posterior, consentiu, finalmente em fazê-lo no dia 11 de outubro, uma vez que foi afastado pela Justiça Federal, pois o Conselho Federal de Psicologia agravou de uma liminar anterior.

Antes da primeira audiência pública, já estava explicitada uma divisão interna entre os conselheiros, mas esta foi colocada entre parêntesis para nos prepararmos para o debate e a audiência. A coesão do grupo aumentou naquele momento, ainda que a insatisfação e a desconfiança continuassem.

Muitos conselheiros ficavam perplexos e sem resposta para indagações pertinentes à nossa gestão, especialmente em relação à real situação com o CFP, com as contas que não foram auditadas até setembro de 2002 e com os processos judiciais, os quais não tínhamos acesso. Só conseguimos que as cópias dos mesmos ficassem em poder do CRP-05 para serem consultados pelos conselheiros após solicitações extremadas de alguns conselheiros.

7. Por que permitimos e até solicitamos a intervenção do CFP?

Com a desconfiança progressiva entre os conselheiros em relação à diretoria anterior, com os relatórios parciais do TCU e do CFP, indicando reincidência de irregularidades e com duas plenárias suspensas (até 09/11/02), impedindo que as questões fossem discutidas e deliberadas, não restou outra opção à nova diretoria que não solicitar ao seu tribunal de recursos, o CFP, uma nova intervenção, visando apurar os indícios de irregularidades e garantir a transparência de nossa gestão. Enviamos uma carta aberta ao CFP, cuja cópia encontra-se no site do CRP-05. Em função de equívocos e manobras judiciais, aquela intervenção foi suspensa, tendo atuado somente por quinze dias, de 14 a 28 de novembro de 2002.

Nesse sentido, pedimos a intervenção do Federal, por três motivos básicos: o primeiro, pelo prejuízo na nossa condição de deliberar, o segundo, por estarmos impedidos de constituir comissões de sindicância que investigassem atos cometidos na gestão anterior; o terceiro, por estarmos convencidos, de que só a apuração completa dos fatos ocorridos na gestão anterior à nossa, feita por parte do órgão máximo regulador de nossa profissão, pode restituir a transparência ética necessária ao funcionamento de um Conselho Profissional.

8. Ações da diretoria

Ainda que a diretoria tenha sido alterada onze vezes por conta da renúncia do tesoureiro e da suspensão das plenárias, a vice presidente em exercício permaneceu nesse cargo durante todo o período, exceto durante a intervenção, quando foi membro da junta governativa. Durante esse período, além das funções rotineiras, muitas deliberadas "ad referendum", a atual diretoria executou as seguintes ações:

- Rescisão de contratos da assessoria jurídica e da firma de cobrança;
- Outros contratos irregulares em processo de rescisão;
- Interrupção de licitações;
- Publicação em Diário Oficial de extratos das atas das plenárias significativas;
- Publicação de portarias, designando tesoureiros e comissão especial de licitação;
- Contratação temporária da assessoria jurídica;
- Implementação de Infra estrutura interna para realizar a cobrança dos inadimplentes;
- Demissão de seis funcionários;
- Contratação emergencial e temporária de três técnicos para a Comissão de Orientação e Fiscalização e dois para a Comissão de Ética, além de um auxiliar administrativo;
- Remanejamento de funcionários;
- Autorização da auditoria do CFP;
- Autorização da comissão de Inquérito;
- Representação na OAB contra os ex advogados da X Plenária.

9. Autorização da auditoria rotineira do Conselho Federal de Psicologia:

No início de nossa gestão, entendemos ser um despropósito fazer uma auditoria para um ano fiscal não findo. Assim, Impedimos o CFP, via justiça, desta ação.

No entanto, assim que tomamos conhecimento das graves alegações feitas pelo CFP a respeito de irregularidades administrativas na gestão anterior à nossa, começamos a procurar apurar a realidade dos fatos alegados. Com o encerramento do ano fiscal de 2001, exigimos, da diretoria recém-eleita por nossa plenária, a requisição de uma auditoria contábil e de gestão do CRP-05 a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União, o que só foi realizado em setembro de 2002 (referente a 2001 e de janeiro a setembro de 2002), por conta de denúncia do próprio CFP ao TCU. Assim, no dia 15 de outubro, a diretoria autorizou a auditoria do CFP, que já foi realizada e concluída.

Agora, em janeiro, a atual diretoria solicitou ao CFP outra auditoria, em caráter de emergência, em referência a sua gestão (outubro/02 a janeiro/03), a qual foi concluída na semana passada. Estamos aguardando o relatório.

No exercício de 2001, várias falhas foram apontadas, constatando-se reincidência de falhas em relação aos exercícios de 1999 e 2002

10. O que encontramos?

Um Conselho que parecia pouco preocupado com as questões de real interesse da categoria, ocupando-se prioritariamente com questões judiciais, com uma diretoria que concentrava as informações, tendo seu presidente contado estórias confusas sobre a real situação da plenária anterior, da qual foi também presidente por quase toda a gestão, bem como sobre os contratos licitatórios que, segundo ainda afirma só careciam da formalização. Entretanto, verificando, por exemplo, a licitação para impressão de nossa revista, constatamos que a firma vencedora, além de ter sócios parentes de primeiro grau dos sócios da segunda concorrente, tem como objeto social os seguintes itens: venda de ração, venda de painéis, conserto de telefone celular e de máquina fotográfica, conversão de motor a gasolina para gás, impressão a plotter, etc.

Não encontramos diversos processos éticos que tinham dado entrada na gestão 1998/2001

Os advogados por nós contratados, irregularmente (por período de 33 meses, sem licitação sob alegação de notório saber não comprovado) eram advogados de dois conselheiros, incluindo o presidente afastado e, portanto, advogavam contra e a favor do CRP-05; o contrato estabelecia indevidamente a indenização de 50% dos meses restantes, no caso de rescisão não amigável; uma das advogadas terceirizadas assinou o contrato quando ainda era funcionária do CRP-05. As cópias dos processos judiciais não se encontravam em poder do CRP-05;

O escritório dos advogados contratados, mesmo após a rescisão, solicitou a mudança de endereço a uma firma prestadora de serviços pagos pelo CRP-05, que envia as publicações dos processos referente ao CRP-05, passando então a receber esta correspondência.

A promessa, para assessoria jurídica a todos os psicólogos do Rio de Janeiro, funcionava apenas para alguns poucos, a maioria amigos do presidente afastado. Tivemos dezenas de reclamações de psicólogos que entregaram documentos, pagaram as custas (aos advogados) e seus processos não foram sequer iniciados. Uma psicóloga fez uma denúncia, por escrito, comprovando que passou a procuração, depositou as custas processuais na conta da secretária de um dos advogados, não tendo sido ajuizada a ação, o que lhe prejudicou profissionalmente em um concurso público;

A assessoria jurídica imediatamente contratada após a rescisão dos advogados, constatou: ausência de pauta e agenda de audiências; ausência de relatórios processuais, pareceres solicitados sem respostas, perda de prazos processuais, acúmulo de correspondências recebidas, não respondidas e não arquivadas;

A maioria dos contratos com fornecedores foram feitos por tempo indeterminado, mesmo após a orientação em contrário de auditorias anteriores;

Ressarcimento de profissionais e conselheiros em relação aos anos de 2000 e 2002 não foram pagos;

A firma de cobrança (dos psicólogos inadimplentes), além de contrato irregular por tempo indeterminado, cobra uma das taxas mais elevadas do país, além de não enviar regularmente os relatórios para o CRP-05; quando os envia, não há concordância com nossos relatórios, o que não era verificado pelo CRP-05; além do

mais a auditoria constatou que pagamos a maior R\$33.508,38 em 2001, além de pagarmos o ISS da firma.

A afirmação reiterada do presidente afastado em relação à quase impossibilidade de rescisão do contrato com a firma de cobrança devido ao valor exorbitante da multa não se mostrou verdadeiro, uma vez que os contratados aceitaram de imediato a rescisão sem nenhuma multa.

O Presidente da Comissão de Licitação não realizou nenhuma reunião nem processo licitatório desde o afastamento do presidente, mesmo tendo sido convocado oficialmente; esse mesmo conselheiro, ao passar o cargo e realizar o inventário de sua comissão levou oito processos para sua casa, sem tê-los devolvido até o momento, mesmo tendo sido solicitado por escrito e, agora notificado extrajudicialmente.

Disparidade entre os salários dos funcionários, indicando total descaso com plano de cargos e salários.

Para finalizar, quero deixar registrado meu constrangimento em precisar dar publicidade a essa crise institucional, em que todos saímos perdendo: a categoria, os conselheiros e a Psicologia.

Peço desculpas publicamente aos amigos e colegas que acreditaram na potencialidade desta gestão. Saibam vocês que uma das razões que me fizeram resistir até o momento, mesmo tendo sido processada dezenas de vezes, foi meu compromisso com os cinco mil e tantos votos que obtivemos. Sabemos que a TRANSPARÊNCIA e a ÉTICA são as únicas garantias para nossa classe aqui no Rio de Janeiro, ante as turbulências inaceitáveis que temos vivido.

Muito obrigada,



MARCIA ALVES TASSINARI

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2003.